

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO
ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, realizou-se no salão do Centro Social da Longueira, na freguesia de Longueira/ Almogrove, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação das Actas da: primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro, realizada no dia 28/02/2008; segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, realizada no dia 05/03/2008; sessão ordinária de Abril, realizada no dia 21/04/2008; sessão extraordinária, realizada no dia 05/09/2008; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente; -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto dois:** 11ª Modificação Orçamental: 4ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 6ª

Alteração ao Plano de Actividades Municipais e 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento, para o ano de 2008: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto três:** Regulamento do Programa de Apoio à Comunidade Educativa: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** Fornecimento de serviço de auditoria externa às contas do Município: nomeação do Revisor Oficial de Contas do Município: apreciação e deliberação. -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas dezasseis horas e quinze minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e três membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo Castanheira Vilhena, Domingos Assunção Silvestre, Fernando Silvestre da Encarnação, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, Idálio Manuel Guerreiro Gonçalves (Secretário da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente daquela Junta de Freguesia), José Manuel dos Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Carlos José Martins

Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Dulce Loução de Matos Raposo, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira e Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira; José Alberto Candeias Guerreiro e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas verificadas nas sessões ou reuniões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à reunião da Comissão Eventual para a Saúde, que se realizou no dia doze de Maio do corrente ano, não haviam faltas injustificadas.-----

----- À reunião da Comissão Permanente para elaboração da Folha da Assembleia, que se realizou no dia dezanove de Junho do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor Diogo Castanheira Vilhena. -----

----- Por último, quanto à sessão ordinária que se realizou no dia trinta de Junho do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira e José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha.-----

----- Ainda antes de se iniciar o tratamento dos assuntos agendados para a presente sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almogrove, pela amabilidade em receber a Assembleia Municipal, naquela localidade. Seguidamente convidou o senhor Presidentes da Junta e a senhora Presidente da Assembleia daquela Freguesia, para integrarem a Mesa desta reunião da Assembleia Municipal. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- Interveio o senhor António Nascimento Gonçalves que felicitou a Assembleia

Municipal pelo facto de realizar aquela sessão na Longueira e referiu que era a primeira vez que participava numa sessão daquele Órgão.-----

----- Seguidamente, referindo-se ao número três da Folha da Assembleia, sobre o tema “Turismo”, nomeadamente ao texto do senhor Presidente da Assembleia Municipal, onde referia que se deveria ter respeito pelo Ambiente, disse que: “Nós temos o nosso ambiente, é um ambiente modesto, fraco e triste.” Disse ainda que a natureza no concelho de Odemira era prejudicial para a evolução das populações.-----

----- Considerou também que o concelho de Odemira tinha paisagens lindíssimas, mas a população não tinha possibilidade de as ver e de ter acesso a essa beleza. Disse ainda que não se poderia resumir o turismo no concelho de Odemira às praias existentes, porque o campo também tinha o seu encanto e muitas pessoas, especialmente os turistas gostavam de o visitar, mas não poderiam fazê-lo sob pena de serem autuados.-----

----- Revelou também que ele próprio tinha sido autuado por passar por um caminho junto à costa que existia há muitos anos.-----

----- Referiu ainda que no Algarve existiam acessos pavimentados até às praias e diversas construções, permitindo aos turistas usufruírem da natureza, enquanto que no concelho de Odemira nem os caminhos existentes poderiam ser utilizados para terem acesso ao mar, nomeadamente para praticarem a pesca lúdica. Considerava que deveria haver respeito pela natureza, mas deveriam respeitar as populações. Disse ainda que não estavam num país democrático, porque no concelho de Odemira existiam muitas restrições que não existiam nos outros concelhos.-----

----- Disse ainda que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que o concelho de Odemira tinha passado de cerca de quarenta mil habitantes para vinte e seis mil. Nesse sentido, considerava que o concelho ainda iria perder mais habitantes com aquele tipo de acção perpetrada pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.-----

----- Por último, disse que tinha ouvido dizer que os proprietários do grande pomar de laranjeiras situado junto ao Malavado, não tinham tido acesso a fazer a fábrica no concelho de Odemira. A ser verdade, considerava que seria mais uma forma de desviar os munícipes do concelho para outros lados e lamentou esse facto, porque a fábrica iria criar muitos postos de trabalho.-----

----- Interveio o senhor José Maria Gonçalves que informou que o entroncamento quando se saía da Longueira para a estrada do Cruzamento do Almogrove para o Almogrove, não tinha qualquer visibilidade, principalmente devido à construção de um muro. Referiu ainda que essa situação já tinha contribuído para a ocorrência de muitos acidentes naquela zona. -----

----- Em face do exposto, considerou que deveriam ser colocados semáforos naquela zona, inclusivamente para controlo da velocidade, porque os automobilistas passavam naquela estrada a velocidades excessivas. -----

----- Por último, disse que antigamente havia uma proposta para se transformar a rua principal da Longueira em sentido único, sendo criada uma outra rua paralela àquela para esse efeito. Em face do exposto, perguntou se essa proposta ainda estaria prevista. -----

----- Interveio a senhora Maria da Graça Silva Colaço que expôs o seu problema relacionado com a deslocação da sua filha do Almogrove, para a Longueira, por causa do prolongamento escolar. Revelou que era cabeleireira no Almogrove, trabalhava até às dezanove horas e disse ainda: “Se a minha filha vem deslocada para aqui, eu acho que o mínimo que poderiam fazer era levar a minha filha ao pé da porta”, porque referiu que a sua vida profissional não lhe permite dirigir-se ao Jardim de Infância onde ela estava.-----

----- Referiu ainda que preocupava-a o facto da sua filha ser transportada ao final do dia e ficar sozinha na escola à espera de a irem buscar, quando poderia ser entregue à porta de casa. -----

----- Interveio a senhora Maria Ludovina Alão que referindo-se à proibição de existência de campismo selvagem, disse: “...no mês de Julho, Agosto e Setembro, a caminho da praia estão

ali umas tendas de dia e de noite. Dormem os tendeiros dentro das carrinhas, as águas de lavar a louça são despejadas para a rua (...)". Disse ainda que tinha procurado respostas acerca da permissão daquele tipo de campismo e tinha-lhe sido transmitido que o terreno em causa era particular e tinham autorização do proprietário para acamparem. Em face do exposto, perguntou quem seria a entidade responsável para verificar a legalidade daquele tipo de campismo. -----

----- Disse ainda que residia numa zona com muito pó e areia e que não conseguia sequer ter uma janela de casa aberta. Referiu também que em tempos tinha exposto o seu problema ao senhor Vereador José Alberto Guerreiro, que lhe tinha informado que a rua junto à sua casa seria alcatroada, porém actualmente e após insistência junto do Município de Odemira tinha sido informada que aquela rua apenas seria alcatroada, quando fossem efectuadas as infraestruturas por parte do promotor do loteamento. -----

----- Em face do exposto, perguntou se o Município de Odemira não poderia efectuar o alcatroamento da rua e posteriormente ser ressarcido dessa verba por parte do loteador. Considerou ainda que, se os promotores não fizessem brevemente os loteamentos, aquela rua não seria alcatroada tão cedo. -----

----- Interveio a senhora Florita Quintas, residente na Baixa da Banheira e proprietária de uma habitação na Longueira há mais de seis anos, que informou que na Longueira haviam grandes lacunas para as crianças e para os idosos. -----

----- Em face do exposto, falou em alguns equipamentos necessários àquela zona, nomeadamente: -----

----- a) um caminho pedonal junto à estrada desde o Cruzamento do Almogrove até ao Almogrove. As pessoas que gostavam de fazer caminhadas não podiam fazê-lo devido ao risco que corriam, uma vez que a estrada nem bermas tinha; -----

----- b) talho, farmácia, Multibanco, entre outros, apenas existiam no Almogrove, pelo que

quem não pudesse se deslocar até lá de transporte, seria um risco ir a pé, para além de ser muito cansativo devido à distância;-----

----- c) um parque infantil para as crianças brincarem, referindo que as crianças na Longueira brincavam numa rua que nem passeios tinha;-----

----- d) um jardim público para os idosos se encontrarem e confraternizarem. Revelou que, na Longueira, a confraternização entre os idosos era feita nos cafés;-----

----- e) não existiam balneários públicos. Disse que especialmente no verão eram visitados por muitos turistas e a Longueira não tinha casas de banho públicas. Considerava ainda que especialmente para as pessoas com mais carências essa infraestrutura seria muito importante;---

----- f) não havia uma caixa Multibanco e muitas vezes a existente no Almogrove não tinha dinheiro, o que implicava que quem tivesse transporte teria de se deslocar a Vila Nova de Milfontes para levantar dinheiro. Sobre este assunto disse ainda que já se tinha informado junto da Caixa Geral de Depósitos, solicitando a colocação de uma caixa Multibanco na Longueira, tendo-lhe sido transmitido que deveria ser a Câmara Municipal ou a respectiva Junta de Freguesia a efectuar esse pedido, alegando por exemplo o crescimento populacional na zona;---

----- g) a rua principal da Longueira, desde os moinhos até ao depósito da água não tinha passeios, era muito estreita e quando estavam veículos estacionados não se conseguiam cruzar dois carros. Em face do exposto, questionou se estava nos projectos da Câmara Municipal a criação da rua paralela, para transformar aquela via de sentido único, resolvendo a maioria dos problemas ao nível do trânsito, especialmente na época balnear;-----

----- h) a criação de uma biblioteca para as crianças, com um ponto de Internet;-----

----- i) durante o verão, era uma pena o moinho da Longueira estar fechado. Considerou que o moinho poderia ser aproveitado para uma mostra de artesanato local e regional, o que seria muito interessante a nível turístico;-----

----- j) existem poucos espaços verdes e os que existiam estavam mal tratados. Falou também

na falta de limpeza das ruas da Longueira, o que considerava lamentável, tendo em conta a imagem que o Alentejo costumava transmitir. -----

----- Por último disse “tenho orgulho de pertencer ao concelho de Odemira que gosto imenso, a Fonte Férrea adoro, o Cais com os patos, sempre que posso vou lá dar uma volta à noite... gosto imenso de Odemira e gostaria de facto que a Longueira fosse um espelho de Odemira e todos nos orgulhássemos (...) e que éramos idênticos no tratamento. -----

----- Dou os parabéns ao senhor Presidente pela piscina e principalmente pelo campo desportivo que gostei imenso de visitar (...) é dos melhores que eu conheço no Alentejo. Muito obrigado!” -----

----- Interveio a senhora Clara Sanches, professora na escola da Longueira, que manifestou a sua preocupação com o facto de não existirem auxiliares suficientes na sua escola. Revelou ainda que o problema já se arrastava há mais de um ano, a escola tinha duas salas de aula e a única auxiliar que a escola tinha acumulava funções de varredora das ruas na Longueira. -----

----- Referiu também que as turmas eram mistas com alunos da Longueira e do Almogrove e quando os últimos alunos saíam da escola, restava muito pouco tempo para a auxiliar poder efectuar a limpeza das salas. Revelou ainda que durante um período da hora de almoço os alunos ficavam sozinhos. -----

----- Em face do exposto, perguntou como resolveriam o problema quando “os alunos que saírem às cinco e meia que não são transportados antes das seis da tarde, como é que se faz a limpeza, como é que se asseguram as actividades de enriquecimento, a guarda das crianças nem sempre é assegurada quando falta alguém.” Considerou ainda que na Longueira deveriam estar duas auxiliares, porque uma não era suficiente. -----

----- Disse ainda: “Eu já disse que ia acabar com os almoços e vou! É assim, se não forem colocadas duas auxiliares, senhor Presidente desculpe, mas escola a tempo inteiro na Longueira, não há, porque não há condições para haver escola a tempo inteiro, não são

assegurados os intervalos, não são asseguradas as horas de almoço, nem a limpeza das salas.” --

----- Relativamente ao campo de futebol de salão junto à escola, disse que concordava com a sua existência, porém a forma como estava a ser utilizado era muito prejudicial para as crianças porque o espaço era ocupado por todas as pessoas que sujavam tudo, inclusivamente a relva onde as crianças brincavam servia de casa de banho. Em face do exposto solicitou que providenciassem no sentido de resolver aquele problema o mais rapidamente possível, nomeadamente através da vedação do local. -----

----- Interveio o senhor Lino Maria Rebelo Simões que apresentou uma queixa sobre a urbanização que estavam a fazer atrás da sua casa, referindo que estavam a construir um muro com cerca de trinta centímetros junto à sua habitação o que provocaria futuras inundações. Referiu ainda que naquela urbanização havia uma autêntica lixeira e que inclusivamente tinham no chão um quadro eléctrico, o que considerava extremamente perigoso para as crianças. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a todos pelas intervenções havidas e referindo-se à primeira, congratulou-se pelo facto das pessoas começarem a ler a Folha da Assembleia. Disse ainda que aquele número da folha era referente ao turismo e, bem assim referiu que no artigo escrito por ele fazia uma referência ao respeito pelas normas ambientais. -----

----- Revelou ainda que não era a favor da excessiva intervenção que, por vezes, era feita. Referiu também que tinha conhecimento de situações onde eram aplicadas coimas às pessoas, que com um bocadinho de compreensão e boa vontade, poderiam ser evitadas, uma vez que as pessoas não estariam a lesar o ambiente mas sim a respeitá-lo. -----

----- Por último, disse: “Uma coisa é certa, foram as pessoas que até aqui o respeitaram e se de facto a nossa situação aqui ainda é diferente da dos outros sítios, é porque as populações se empenharam no respeito pelas normas ambientais”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que deveria ser

norma na Administração Central, quando existissem alterações às leis ou quando alguma situação mudasse, procurar explicar às populações os novos trâmites. Disse ainda que a lei existia para ser cumprida, porém considerava anormal a pressão ambiental que existia em determinadas matérias que não eram explicadas às pessoas, havendo logo a aplicação de multas. Disse também que discordava que “Práticas e actos que durante a vida inteira se fizeram de repente sejam cerceados, sem que lhes seja dada qualquer explicação. Por parte da Câmara Municipal, muitas vezes até fora daquilo que são as suas competências próprias, nós temos procurado quer nos meus mandatos, quer nos anteriores, servir de ponte entre aquilo que é o Parque Natural e a população.-----

----- Muitas vezes as coisas que acontecem existem porque as pessoas desconhecem aquilo que é lei e desconhecem o que é a sua obrigação e desse ponto de vista não se pode culpar alguém que não sabe porque ninguém lhe explicou, qual a sua actuação, sem prejuízo de haver aqui determinadas matérias que excedem claramente aquilo que está legislado e não se aja com ponderação.-----

----- Nós na Câmara estamos contra a forma de actuação do Parque Natural.” -----

----- Quanto à questão da empresa das laranjeiras, disse que era mentira que o concelho de Odemira tivesse perdido a fábrica dos sumos. Revelou que a empresa, para ter uma fábrica de sumos em Odemira, tinha de possuir cerca de mil e duzentos hectares de laranjeiras para garantir o funcionamento da fábrica. Disse ainda que o actual pomar não garante metade do abastecimento da fábrica porque estava abaixo dos seiscentos hectares cultivados. -----

----- Quanto à questão da pouca visibilidade do entroncamento à saída da Longueira, bem como à perigosidade da estrada desde o Cruzamento do Almogrove até ao Almogrove, disse que iriam estudar o problema e verificar as condicionantes, porque as intervenções fora do Perímetro Urbano eram muito complicadas. -----

----- Em relação ao campismo selvagem, informou que era um problema de ordem pública,

porque havia um Regulamento Municipal que referia onde os vendedores ambulantes podiam estar e claramente proibia o campismo fora dos parques de campismo, por isso a Guarda Nacional Republicana deveria actuar, porque não poderiam haver excepções àquele Regulamento.-----

----- Relativamente ao alcatroamento da rua, disse que era de facto competência dos loteadores, onde existissem urbanizações, fazerem as infraestruturas e a Câmara Municipal cobrava as taxas devidas e recebia as obras em definitivo. Naquela situação em concreto e uma vez que haviam preexistências iriam analisar juridicamente se seria possível fazer o alcatroamento.-----

----- Quanto à colocação da caixa Multibanco, disse que era mentira que uma carta da Câmara Municipal fosse suficiente para acederem ao pedido. Disse ainda que tinha conhecimento da pressão que era feita pelos moradores, pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal, junto dos bancos para colocação de caixas e os pedidos não eram satisfeitos.-----

----- Em relação ao parque infantil na Longueira, informou que a situação seria ultrapassada com a aquisição de um terreno perto do moinho, onde seria construída uma nova escola.-----

----- Quanto ao jardim público, informou que tanto a Longueira como outras localidades, antes não possuíam planos de urbanização, mas sim uns planos que eram esquemas de desenvolvimento urbano que não tinham eficácia legal, porque não tinham chegado a ser publicados em Diário da Republica. Os equipamentos que não estavam demarcados nos Planos de Urbanização e nos Planos de Pormenor, actualmente para os concretizar seria muito complicado, nomeadamente na questão de transformação dos terrenos.-----

----- Nessa conformidade, referiu que inclusivamente a criação de uma rua paralela à actual rua principal da Longueira, para promover a circulação do trânsito num só sentido, seria complicado, porque numa parte iria ficar fora do Perímetro Urbano e teria de ser negociado com o Parque Natural em sede de revisão do Plano daquela entidade.-----

----- Relativamente ao tratamento dos espaços verdes, informou que se vinha registando um aumento progressivo tanto dos espaços verdes como de outros equipamentos, o que exigia a respectiva manutenção e a adequação de pessoal para o efeito. Referiu ainda que actualmente as Juntas de Freguesia deparavam-se com grandes dificuldades a nível de contratação de pessoal, havendo restrições muito fortes na Administração Pública e a Câmara Municipal não era excepção. -----

----- Disse ainda que compreendia o problema da falta de auxiliares nas escolas e informou que por diversas vezes tinham alertado quem de direito para o facto. Revelou também que esperavam que com as transferências de competências para as autarquias, conseguissem dar alguma resposta a essa questão. -----

----- Por último, em relação à questão da escola a tempo inteiro, considerou que todos deveriam fazer um esforço para tentar ultrapassar as dificuldades e, bem assim considerou que o esforço que a professora Clara Sanches estava a fazer era meritório de ser salientado e sabia que a professora estaria convicta de que a causa valia a pena.-----

----- Quanto ao campo de jogos na escola, disse que partilhava a preocupação expressa pela professora e informou que brevemente iriam operacionalizar uma solução. -----

----- Em relação à intervenção do senhor Lino Simões disse que iria solicitar aos Serviços de Fiscalização do Município de Odemira a verificação das obras daquela urbanização.-----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que os serviços da Divisão de Rede Viária e Espaços Urbanos do Município de Odemira estavam a elaborar o projecto do Percurso Pedonal entre o Cruzamento do Almogrove e o Almogrove. Referiu ainda que o citado projecto estava a ser acompanhado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Longueira/ Almogrove que tinha diligenciado junto dos proprietários dos terrenos confinantes com a estrada, para obter as respectivas autorizações. Informou também que tinham de solicitar pareceres às entidades externas, nomeadamente ao Instituto da Conservação da

Natureza.-----

----- Referiu ainda que aquele percurso pedonal era um projecto com alguma dimensão quer a nível de obra, quer a nível financeiro, mas que iria resolver muitos problemas ligados aquela estrada. Disse também que iria ver com os serviços a possibilidade, a curto prazo, de colocarem naquele entroncamento um espelho.-----

----- Quanto ao alcatroamento da rua no Almogrove, informou que inicialmente estava prevista a realização daquela obra, porém com a alteração da nova lei das urbanizações, a competência da criação das infraestruturas em loteamentos, passava para a entidade loteadora. Revelou ainda que na última abordagem com os promotores daquela urbanização, tinha ficado com a sensação de que estaria para muito breve o início das obras.-----

----- Disse ainda que não seria correcto irem pavimentar aquela rua, para depois o empreiteiro destruir tudo com os ramais das águas, esgotos e telefones.-----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que referiu que felizmente na Longueira e Almogrove haviam crianças suficientes para fazerem três turmas e disse que tinham a expectativa desse número crescer, daí o facto da Câmara Municipal pretender construir um novo centro escolar que iria dar resposta a todos os problemas existentes, naquela freguesia, em termos de educação.-----

----- Revelou ainda que as turmas eram constituídas pelo Agrupamento Escolar, pelo que se havia uma criança do Almogrove na Longueira e vice-versa, seria por uma questão de boa gestão pedagógica do percurso educativo das crianças.-----

----- Referiu ainda que o transporte das crianças tinha sido colocado no sentido de proporcionar às crianças o prolongamento escolar e, bem assim informou que a sugestão de levar os miúdos à porta de casa tinha sido abandonada devido aos inúmeros problemas que essa experiência tinha tido, nomeadamente na freguesia de São Teotónio.-----

----- Revelou ainda que todos os problemas que tinham surgido tinham sido falados com os

pais dos alunos, no sentido de encontrarem soluções que fossem favoráveis a ambas as partes.--

----- Relativamente à criação de uma Biblioteca e Ponto Internet na Longueira, disse que os Centros Sócio-Culturais, bem dinamizados, poderiam proporcionar essas condições aos munícipes e inclusivamente o da Longueira possuía equipamento para o efeito.-----

----- Quanto ao polidesportivo dentro da escola da Longueira, referiu que uma das soluções passaria por isolar a escola e se efectuar uma gestão daquele equipamento de forma responsável e organizada.-----

----- Por último, informou que a escola a tempo inteiro tinha sido uma emanação da senhora Ministra da Educação e, bem assim disse que a colocação de auxiliares no primeiro ciclo não era da competência da Câmara Municipal, porém continuariam a desenvolver esforços para que houvesse escola a tempo inteiro.-----

----- Interveio o senhor Dinis Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/Almograve, que saudou todos os presentes e relativamente à sua freguesia perguntou para quando estava previsto o cemitério, uma vez que inclusivamente na estrada nacional já existiam as placas a identificar o local.-----

----- Perguntou também se no próximo verão já existiria um posto de turismo no Almograve. --

----- Relativamente ao passeio pedonal entre o Cruzamento do Almograve e o Almograve, disse que estava consciente do custo elevado daquela obra e pelo facto, considerou que já seria muito positivo, se conseguissem avançar com obra entre a Longueira e o Almograve, dada a perigosidade da estrada e o crescente número de pessoas que faziam aquele percurso a pé.-----

----- Solicitou ainda os esforços por parte do Município de Odemira, no sentido de, no próximo ano, a praia do Almograve possuir bandeira azul. Ainda sobre este assunto referiu que a sua freguesia tinha contado no presente ano com uma bandeira azul na praia das Furnas, facto que para muitos era desconhecido, porque a comunicação social atribuía aquela praia à freguesia de Vila Nova de Milfontes.-----

----- Congratulou-se ainda com a reparação dos acessos e da passadeira da praia do Almogrove que estavam em muito mau estado.-----

----- Quanto às questões do público disse que a ideia da Junta de Freguesia fornecer o transporte dos miúdos do Almogrove para a Longueira tinha sido sua, na boa fé de proporcionar àquelas crianças as actividades de tempos livres, uma vez que haviam cerca de doze crianças interessadas.-----

----- Considerou ainda que os pais também deveriam colaborar naquela causa, uma vez que a Junta de Freguesia já fazia o que podia e os poucos funcionários tinham de desempenhar funções de jardineiros e de baby-siters.-----

----- Considerou ainda que ao levarem um dos quarenta miúdos à porta, teriam de fazer o mesmo com os outros. Referiu também que na altura tinha acordado com os pais o local de embarque e desembarque das crianças.-----

----- Por último, em relação à colocação de uma caixa Multibanco na Longueira, informou que a Junta de Freguesia já tinha disponibilizado um local para que ela fosse colocada.-----

----- Interveio novamente a senhora Maria da Graça Colaço que informou que a hora de regresso das crianças era incerta, pelo que não seria fácil para ela abandonar o local de trabalho para ir buscar a filha. Disse ainda que, se o transporte chegasse mais cedo do que o habitual, a sua filha correria o risco de ficar sozinha na escola.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Longueira/ Almogrove pelo acolhimento.-----

----- Esclareceu ainda que tinham havido algumas complicações com o registo do terreno para o cemitério, que motivaram atrasos no processo. Revelou ainda que aquele registo tinha sido apenas efectuado no passado dia dezassete.-----

----- Em relação ao passeio pedestre, disse que o projecto tinha de ter a aprovação do Parque Natural e, bem assim informou que iriam tentar um financiamento através de uma candidatura

conjunta da AMLA ao PORA, na medida referente a valorizações do litoral. -----

----- Por último, em relação à bandeira azul na praia do Almogrove, disse que apenas uma análise que não tinha sido favorável é que tinha evitado que aquela praia fosse contemplada com a referida bandeira. Em face do exposto, referiu que para o próximo ano iriam procurar corrigir aquela questão. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO; SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA CINCO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E OITO; SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO; SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA CINCO DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura das mesmas e imediatamente submetidas à apreciação. -----

----- A) ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: -

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que solicitou que fossem efectuadas as seguintes alterações: na terceira página, na décima nona linha, onde se lia “...aqueles a que se destinam”, devia-se ler “...aqueles a que se destina”; na décima sétima página, na décima linha, onde se lia “...dezasseis horas e trinta munitos,” devia-se ler “...dezasseis horas e trinta minutos,”.-----

----- Estas propostas de alteração foram aprovadas por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal;-----

----- B) SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA CINCO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal; -----

----- C) SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO:-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal;-----

----- D) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA CINCO DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Relativamente ao mapa da correspondência recebida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal realçou os seguintes documentos:-----

----- a) número quarenta e quatro, datado de trinta e um de Julho do corrente ano, enviado pelo senhor Fernando José Romão da Silva Valério, sobre renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal; -----

----- b) número cinquenta e um, datado de dezoito de Agosto do corrente ano, enviado pela senhora Presidente da Assembleia Municipal de Aljezur, sobre “Tomada de posição da Assembleia Municipal de Aljezur sobre a proposta de Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”. -----

----- Relativamente ao último, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha sido consultado pelo Parque Natural para

elaborar algum parecer técnico sobre aquela proposta de Plano de Ordenamento e Gestão e, em caso afirmativo, se tinham sido detectados erros entre a caracterização do território no estudo e a situação real no terreno. Questionou ainda se eventualmente se justificaria alguma tomada de posição por parte da Assembleia Municipal de Odemira em relação àquele assunto.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que perguntou até que data decorria a revisão do Plano do Parque Natural e, bem assim questionou sobre a forma como as populações poderiam intervir e obviar a que eventualmente fossem aprovadas coisas que de todo não lhes interessavam.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que a Câmara Municipal de Odemira discordava em absoluto de algumas questões básicas que eram pilares do futuro Plano e que considerava que não estavam bem tratadas e que constavam nos documentos que até então tinham sido disponibilizados. -----

----- Revelou ainda que a Câmara Municipal tinha elaborado um documento que tinha sido enviado ao Parque Natural, onde “ponto a ponto” faziam as sugestões ao regulamento, não tendo chegado até àquela data qualquer resposta por parte do Parque Natural.-----

----- Ainda sobre este assunto considerou que, sem prejuízo da Assembleia Municipal se solidarizar com a Assembleia Municipal de Aljezur, deveriam aguardar a citada resposta para posteriormente tomarem uma posição. -----

----- Por último, disse que a nova legislação estipulava a obrigatoriedade da existência de um período de discussão pública dos documentos de ordenamento, que rondava os trinta a quarenta e cinco dias. -----

----- Em face do exposto e sem prejuízo da Assembleia Municipal se solidarizar com a tomada de posição da Assembleia Municipal de Aljezur, foi decidido, por consenso, aguardar a resposta do Parque Natural às propostas de rectificação enviadas pela Câmara Municipal, para posterior tomada posição. -----

----- Não se registando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto três:** APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que chamou a atenção para os seguintes documentos: -----

----- a) Entrada número duzentos e catorze, datada do dia vinte e cinco de Julho do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, sobre “Protocolo de cedência das escolas primárias do concelho de Odemira”. -----

----- Sobre este assunto disse que a Junta de Freguesia de São Teotónio, naquele ofício, questionava a cedência de algumas escolas primárias à Fundação Odemira. Nessa conformidade, foram solicitados esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara Municipal que já tinham sido prestados, conforme consta no mapa da correspondência recebida, no documento número sessenta.-----

----- Revelou ainda que tinha trazido aquele assunto à Assembleia Municipal porque estavam em causa dois Órgãos Autárquicos.-----

----- Referindo-se à Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, nomeadamente à alínea i) do número dois, do artigo cinquenta e três, disse que a Câmara Municipal tinha entendido, de acordo com o parecer da sua Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica, bem como de pareceres recolhidos junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que o caso em questão não carecia da aprovação da Assembleia Municipal, devido aos baixos valores patrimoniais.-----

----- Por último, considerou que não estava em causa a questão da legalidade, mas eventualmente uma questão política, uma vez que existiam precedentes, nomeadamente quando

a Câmara Municipal tinha doado à Fundação Odemira o antigo edifício da escola preparatória de Odemira, tendo pedido autorização para o efeito à Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinham tido o cuidado de consultar todos os pedidos para cedências de escolas primárias, enviados por parte de Associações ou Juntas de Freguesia, não havendo qualquer solicitação para as escolas em questão. -----

----- Informou ainda que, para a escola do Vale Juncal, não havia nenhum pedido formal ou informal, pelo que tinha ficado surpreendido com o ofício enviado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, tendo dado conhecimento do mesmo ao Executivo da Câmara Municipal e motivado a sua resposta. -----

----- Disse ainda que tinham sido efectuadas consultas às forças partidárias sobre a eventual conveniência daquela operação, bem como solicitados pareceres jurídicos internos e a entidades externas à Câmara Municipal. -----

----- Por último, disse que tinha sido transmitida à Junta de Freguesia de São Teotónio a abertura por parte da Câmara Municipal e da Fundação de Odemira para substituir a escola do Vale Juncal por outra, ficando aquela escola ao dispor para ser cedida. -----

----- Considerou ainda que para ele a questão estava encerrada, não havendo menos consideração pelo Executivo da Freguesia de São Teotónio ou pela população daquela Freguesia, devido àquele problema. -----

----- Interveio o senhor José dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que disse: “Não quero de maneira nenhuma que alguma coisa que possa dizer ou escrever tenha a ver com a minha amizade pessoal e com a consideração que tenho tanto pelo Presidente da Câmara Municipal como por todos os Vereadores e por esta Assembleia Municipal, mas há determinados assuntos que frontalmente resolvemos dizer alguma coisa”. ---

----- Disse ainda que apesar das escolas primárias serem património municipal, considerava

que também eram património moral das populações onde essas escolas se inseriam, porque muitos dos terrenos onde elas se encontravam implementadas tinham sido cedidos há muitos anos atrás, pelos lavradores dessas zonas, para benefício das populações. -----

----- Revelou também que no ano anterior, o senhor José Júlio Rosa de Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Teotónio, tinha falado com o senhor Vereador Carlos Oliveira, no sentido de solicitar à Câmara Municipal a cedência da escola da Estibeira, para temporariamente guardarem uns bens da Sociedade Recreativa São Teotoniense e esse pedido tinha-lhe sido negado.-----

----- Referiu ainda que no passado mês de Agosto, o Capitão José Barreiros, Presidente da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio (Lar de São Teotónio), tinha solicitado a escola do Vale Juncal para a criação de um Centro de Dia, tendo na altura lhe sido transmitido que aquela escola já estava cedida à Fundação Odemira. -----

----- Referiu ainda que o que estava em causa eram apenas três escolas e esse facto era mencionado na última parte do seu ofício, onde pediam apenas a reversão das escolas e a sua troca por outras, porque consideravam que a Fataca, a Estibeira e o Vale Juncal eram zonas em expansão.-----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, em representação da Coligação Democrática Unitária, que referiu que a escola de Vale Tomé que constava na lista de cedências também tinha sido solicitada à Câmara Municipal para sede da Associação de Caçadores da Freguesia de Luzianes-Gare. Em face do exposto, perguntou se a Câmara Municipal já tinha dado alguma resposta àquela Associação. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás, em representação da Coligação Por Odemira, que considerou que aqueles assuntos não deveriam ser tratados à revelia das Juntas de Freguesia e da respectiva população, porque “como foi dito este património passa para a propriedade da Câmara Municipal porque há doações, há toda uma jurisprudência, toda uma

lógica de uso que depois é anulável e pode vir a ser reversível”. -----

----- Considerou também que faltava informação nos documentos enviados, para uma melhor análise, nomeadamente os valores patrimoniais referidos eram muito vagos e abstractos, devendo mencionar os valores das áreas brutas dos edifícios e os valores das áreas dos logradouros. -----

----- Considerou ainda que seria extremamente importante acautelar as necessidades e carências futuras de espaços para uso para fins habitacionais daqueles edifícios, tendo em vista o aumento das zonas urbanas onde eles se localizavam.-----

----- Referindo-se à proposta número nove barra dois mil e oito presente na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia cinco de Junho do corrente ano, no ponto número dois, solicitou esclarecimentos acerca da cláusula de reversão, porque entendia que o texto não era muito claro, nomeadamente quando referia “...ou não sejam alcançados os objectivos a que se propõe a Fundação.” -----

----- Referiu ainda que era necessário haver uma demonstração de resultados muito clara, em termos de custo/ benefício, mesmo que posteriormente existisse um acto social. -----

----- Por último, considerou que aquela operação deveria ser reavaliada e analisada mais profundamente, porque se tratava de património e estavam em causa recursos humanos, financeiros e públicos. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse: “Talvez este assunto pudesse ... devesse ter vindo aqui, (...) mas a questão é que nós temos de pensar se queremos manter a Fundação Odemira com o seu espírito, o seu interesse público, o seu impacto na juventude do nosso concelho. Queremos que eles continuem (...) este projecto tem a ver com isso”.-----

----- Referiu ainda que na altura não haviam pedidos para cedência daquelas escolas e, bem assim considerava que se existisse algum erro com uma escola que tivesse algum compromisso,

seria sempre possível corrigir. Referiu também que não concordava com o facto da Junta de Freguesia de São Teotónio, no seu ofício referir apenas que não estavam de acordo com a entrega das três escolas à Fundação Odemira, sem qualquer fundamentação. -----

----- Considerou ainda que estavam acautelados os interesses daquele património, porque se a Fundação Odemira não cumprisse os fins e os objectivos a que se propunha, todo o património voltaria novamente para o Município. -----

----- Considerou também que o ofício enviado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio punha em causa muitas outras questões, tinha um certo grau de gravidade e, bem assim demonstrava a falta de funcionamento do Partido Socialista e a falta de diálogo. -----

----- Revelou ainda que aquela operação tinha sido aprovada na reunião do Executivo Municipal sem qualquer intuito de retirar às freguesias património, mas sim na tentativa de resolver os problemas da Fundação Odemira. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que chamou a atenção para as datas em questão, uma vez que a deliberação da Câmara Municipal de cedência das escolas era de cinco de Junho, a reunião com o Capitão Barreiros tinha sido no dia onze de Julho e o ofício da Junta de Freguesia de São Teotónio era de quinze de Julho. -----

----- Disse ainda que “a formação em contexto de trabalho, ela deve ser feita em pequenas unidades, naquilo que é já a matriz que a gente tem no turismo em espaço rural, há que possibilitar (...) os miúdos fazerem uma coisa que é (...) formação em contexto de trabalho, a prática daquilo que estão a aprender e outra coisa que é dessa prática resultar um bocadinho mais de receita própria para as contas da Fundação que é aí que as coisas estão mais desequilibradas (...)”. -----

----- Referiu ainda que os reembolsos dos Fundos Comunitários tinham atrasos com cerca de sete meses, o que levava à Fundação Odemira a contrair constantemente empréstimos para minimamente pagar aos fornecedores e ordenados aos professores. -----

----- b) Entrada número duzentos e sessenta e dois, datada do dia vinte e três de Setembro do corrente ano, enviado pelo Executivo da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, sobre “Espelho de Água – Santa Clara-a-Velha”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, que informou que tinham-se deslocado ao local dois engenheiros da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo que consideraram que a linha de água estava numa lástima, mas não sabiam como resolver a situação. -----

----- Agradeceu ainda ao senhor Vereador Cláudio Percheiro pelo facto de o ter ajudado a redigir o ofício à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo a expor o problema, originando a deslocação daqueles dois técnicos. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à documentação enviada sobre o assunto, disse que começava a ver as entidades “a sacudirem a água do capote”, pelo que perguntou de quem era a responsabilidade de resolução daquele problema. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que numa reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo, tinha falado naquele problema e tinha-lhe sido transmitido que não havia verba, no entanto ele sabia que existiam medidas de minimização ambiental do Quadro Comunitário de Apoio. -----

----- Informou também que a competência das autarquias em relação às linhas de água circunscrevia-se aos Perímetros Urbanos e naquele caso o Perímetro Urbano terminava na margem da linha de água. -----

----- Disse ainda que tinha de haver coragem da parte do Instituto Nacional da Água e das Associações de Recursos Hídricos (que estavam a ser constituídas) para efectuarem uma intervenção de fundo naquele espelho de água, uma vez que se tratava de um investimento com um certo vulto. -----

----- Por último, informou que a Câmara Municipal estava disposta a ser parceira, no sentido de resolver aquele problema.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que apresentou a seguinte Moção: -----

----- **“MOÇÃO** -----

----- Considerando que: -----

----- - Durante a sessão extraordinária desta Assembleia Municipal realizada em 05/09/2008 se tomou conhecimento, designadamente em visita ao local, de que o chamado “Espelho de Água” na freguesia de Santa Clara-a-Velha se encontra cheio de vegetação, com água putrefacta e com muito lodo; -----

----- - Que em ofício de 09/09/2008 endereçado pela Exm^a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha ao Presidente da Assembleia Municipal de Odemira se chama a atenção para o perigo público e para os maus cheiros que tal situação acarreta, designadamente por se realizarem no local mercados e feiras públicos;-----

----- - Que por se tratar de um local de passagem pública, sem qualquer resguardo, há efectivamente a possibilidade de qualquer transeunte, sobretudo se se tratar de idosos ou crianças, cair naquele lodaçal com águas putrefactas e mal cheirosas, com o inerente perigo da vida, se torna premente alterar aquela situação;-----

----- - A Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha já alertou, por várias vezes, para esta situação as entidades oficiais, designadamente a Direcção Regional do Ambiente – Alentejo, a CCDDR – Alentejo e a Câmara Municipal de Odemira; -----

----- A Assembleia Municipal de Odemira, na sua sessão ordinária de 29/09/2008, deliberou o seguinte: -----

----- 1. Solicitar das entidades envolvidas ou com competência na matéria as diligências tendentes à limpeza do “Açude – Espelho de Água”, no Rio Mira, junto a Santa Clara-a-Velha;

----- 2. Sugerir que a Câmara Municipal de Odemira promova uma reunião com a CCDR – Alentejo, com a Associação de Beneficiários do Mira e com a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, no sentido de se encontrarem as melhores formas de cooperação para proceder à limpeza do dito “Açude – Espelho de Água”;-----

----- 3. Enviar o teor desta Moção, se aprovada, às seguintes entidades:-----

----- - CCDR – Alentejo; -----

----- - Direcção Regional do Ambiente – Alentejo; -----

----- - Câmara Municipal de Odemira; -----

----- - Associação de Beneficiários do Mira; -----

----- - Comunicação Social, através do G.I.R.P. da C.M.O.; -----

----- - I.N.A.G.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela Moção, tendo sido aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

----- c) Entrada número duzentos e sessenta, datada do dia vinte e três de Setembro do corrente ano, enviado pela Direcção de Estradas de Beja, sobre “EN 120 – Km 103 + 350 – Ponte sobre o rio Mira (em Odemira)”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que questionou se a Câmara Municipal conhecia o Projecto de Execução e Reforço Estrutural da ponte sobre o rio Mira, elaborado pela empresa Estradas de Portugal, S.A. -----

----- Perguntou ainda se a Câmara Municipal entendia que se justificava a construção de uma nova ponte sobre o rio Mira, em Odemira. -----

----- Referiu ainda que haviam sinais de deterioração visíveis que já tinham sido objecto de um

ofício por parte da Assembleia Municipal, nomeadamente buracos no tabuleiro onde passavam os peões, com bastante ferrugem; placas entre o passeio pedonal e o asfalto sem parafusos, entre outros. -----

----- Por último, sugeri ao senhor Presidente da Câmara Municipal que diligenciasse junto dos serviços do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas do Município de Odemira, para efectuarem um levantamento fotográfico daqueles problemas, para ser remetido à empresa Estradas de Portugal. -----

----- Interveio o senhor Valdemar Silvestre que disse que aquele assunto já vinha de anos anteriores e nada tinha sido feito. Considerou ainda que aquela resposta era enviada por alguém com “mando intermédio”, pelo que deveriam começar a falar com quem mandava realmente. ---

----- Referindo-se ao ofício em causa, onde menciona que “não está prevista a breve prazo a construção de nova ponte sobre o rio Mira” perguntou se estaria prevista a longo prazo. -----

----- Por último considerou que a ponte sobre o rio Mira não necessitava de uma passeio pedonal mais largo, mas sim de um tabuleiro de tráfego automóvel mais largo, porque era onde residia o maior problema. -----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação, que sugeriu que se enviassem à empresa Estradas de Portugal, S.A. fotografias da ponte há setenta anos atrás, quando o trânsito era feito apenas através de burros e cavalos, com a informação de que os tempos evoluíam, o trânsito aumentava e não pretendiam manter aquela ponte com a mesma função de há setenta anos. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que informou que conhecia e respeitava o senhor Engenheiro Luís Melo e lembrou que ele poderia não ter os recursos financeiros para resolver o problema. -----

----- Disse ainda: “Nós não devemos de ânimo leve analisar este assunto só porque o parafuso está enferrujado, é bom por prática, começar por pedir os ensaios, não só o projecto, mas a caracterização, porque a segurança estrutural numa estrutura daquelas prende-se com razões de

natureza geológica, prende-se com razões de hidrologia do próprio rio, prendem-se com a duração dos encontros onde a estrutura metálica está apoiada, porque não podemos esquecer que vivemos numa forte zona de risco sísmico”. -----

----- Por último disse que não lhe parecia suficiente a existência de uma suspeição e, bem assim considerou que a reportagem fotográfica sugerida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, deveria acompanhar a análise daqueles estudos, para que a atitude da Assembleia Municipal fosse mais consistente.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinham vindo a insistir junto da empresa Estradas de Portugal, S.A., no sentido de alterar a função da ponte, nomeadamente desviando o tráfego pesado para outro local.-----

----- Relembrou ainda que o problema da ponte sobre o rio Mira desde há muito tempo que vinha sendo abordado, nomeadamente nas sessões da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que havia uma candidatura sobre a ponte e outras circulares, onde sugeriam duas alternativas, uma a norte e outra a sul daquela ponte. -----

----- Revelou ainda que há uns anos atrás, tinham enviado um relatório circunscrito, acompanhado de uns desenhos, a solicitar uma peritagem à ponte sobre o rio Mira. Disse ainda que aquela peritagem apenas tinha sido efectuada na altura em que tinha havido a queda da ponte de Entre-os-Rios, na qual consideraram que a ponte sobre o rio Mira era prioritária. Considerou também que tinha ficado com a convicção de que a intervenção na ponte iria ocorrer durante o ano anterior, pelo que no corrente ano iriam reforçar aquela questão.-----

----- Disse ainda que a informação que tinha era de que não haveria risco eminente.-----

----- Por último, informou ainda que o senhor Director de Estradas de Portugal não tinha competência relativamente às pontes, mas apenas em relação às estradas. Disse ainda que a entidade responsável pelas pontes era a Direcção de Pontes Nacional que articulava os estudos

com a empresa Estradas de Portugal. -----

----- d) Entrada número duzentos e sessenta e seis, datada do dia vinte e três de Setembro do corrente ano, enviado pelo senhor Justino Manuel Guerreiro Lourenço, sobre “Pavimentação do Caminho Municipal entre a E.N. 123 e o Pontal do Meio”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que na reunião do Conselho Municipal de Segurança de Odemira, realizada no dia vinte e quatro de Junho do corrente ano, tinha sido proposto por ele a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para debater questões relacionadas com Segurança, pelo que colocou à consideração dos presentes aquela proposta. Não se registou qualquer oposição em relação à realização daquela sessão. -----

----- Informou ainda que estava em curso o pedido às escolas do concelho de Odemira no sentido de sugerirem temas e datas para a realização da sessão extraordinária sobre a Educação.

----- Interveio a senhora Helena Loermans que chamou a atenção para um encontro que teve lugar na Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, no passado dia vinte de Setembro, subordinado ao tema “As perturbações do Desenvolvimento”, organizado pela Associação de Paralisia Cerebral de Odemira. Informou ainda que o citado encontro contou com a participação de cerca de cem pessoas e realizou-se no âmbito de um subsídio atribuído àquela Associação, pela Fundação EDP Solidariedade, relativamente a um projecto de criação de um gabinete no concelho de Odemira, de diagnóstico precoce para crianças com autismo, dislexia e outras doenças. -----

----- Interveio o senhor José Ribeiro, que fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- Senhor Presidente da Câmara, -----

----- Senhora e Senhores Secretários, -----

----- Senhora Secretária, -----

----- Senhores Vereadores, -----
----- Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, -----
----- Minhas Senhoras e meus Senhores, -----
----- “Juntos separados” como dizia Eugénio de Andrade lá estávamos, no espaço “Tarro-Shell”, espaço este que já tinha sido cenário cinematográfico, cenário de coisas inacabadas, do perto mas longe, de “mundos amuralhados”.-----
----- Desta vez o espaço “Tarro-Shell” será palco de páginas soltas. -----
----- Não será uma “Peça de Teatro”, pois uma peça de teatro tem que ter forçosamente uma estória e eu não tenho essa estória.-----
----- A dificuldade do acto principal e grande intérprete, com múltiplas capacidades artísticas, nas quais destaco a voz, a presença e um riqueza de gestos, um verdadeiro actor gestual, mas com grandes dificuldades em comparecer aos ensaios. -----
----- Este actor-intérprete já estava comprometido para uma telenovela a estreiar para o final do próximo ano com o título “Morangos com coentros”. -----
----- Falo de um personagem, que um só gesto seu vale mais de mil palavras. -----
----- Abortado, mas despenalizado o meu sonho, de imediato agarrei as tais páginas soltas e, “Eureka” estava resolvida a minha intervenção. -----
----- O passeio pelas freguesias que ainda não tínhamos visitado, passaria a chamar-se “O Expresso das 8,30”, e assim poderíamos, separados continuar juntos. -----
----- Este “Expresso” leva nas suas bagagens, queixumes, vozes de censura sem medos e memórias.-----
----- Se me permitirem, começaria esta estória pela Zambujeira do Mar, embora não fosse este o primeiro trajecto do “Expresso das 8,30”. -----
----- De Sophia de Mello Breyner: -----
----- “Mar,-----

----- Metade da minha alma é feita de maresias”.-----

----- De José Ribeiro, “vieram ondas maiores que marés, com sorrisos de espuma branca agradecer-nos a nossa visita. Obrigado Zambujeira do Mar”.-----

----- Continuemos a viagem do “Expresso das 8,30”.-----

----- O primeiro guia e intérprete dos problemas das suas gentes é o Presidente da Freguesia de Relíquias. É-nos dado a ver uma ETAR, se funciona bem é um milagre, se funciona mal é abrir mais um inquérito, porque nunca ou quase nunca se sabe o seu resultado. A nudez destas ETAR’s choca-me. Porque não ajardinar estes locais?-----

----- Continuando a viagem, sempre cercados de paisagens agressivas mas belas, estradas de memórias, montes abandonados de pedras contadoras de histórias, lá fomos ouvindo o novo guia de sorriso acanhado, de voz pretendendo não incomodar. O Presidente de Luzianes-Gare. -

----- Falou-nos da sua terra, onde pudemos ter conhecimento das suas limitações e apelos aos senhores Vereadores, das urgências na resolução dos muitos problemas que ali subsistem, e que há muito vem alertando para a falta de soluções.-----

----- Como castigo, obrigou-nos a ir ao cimo onde está colocado o depósito de água e se avista um cenário maravilhoso. Não posso deixar de lembrar as palavras do Poeta Eduardo Olimpo, duras mas cheias de amor “Fui hoje ao Alentejo e vi paisagens de fome, secura e de desalento”.-----

----- Foi-nos oferecido algumas das iguarias tradicionais acompanhadas por um medronho digno dos Deuses. Obrigado Luzianes-Gare.-----

----- Separados mas juntos continuámos a viagem no “Expresso das 8,30” e aí fomos confrontados com o drama, o horror.-----

----- Acredito que o Presidente da Freguesia de Santa Clara-a-Velha, que deveria ser, devido à Barragem de Santa Clara um bilhete-postal turístico, esteja triste, desiludido e que espere pelo final do seu mandato, para se ver livre de tamanho drama e horror a que está votada

aquela freguesia? -----

----- A que se deve tão grande desleixo? -----

----- A que se deve tão grande abandono? -----

----- Estou solidário com a tristeza, o drama e o horror, que vive o Presidente da Freguesia.

----- Separados mas juntos, podemos e devemos lutar para que na Estação ferroviária de Santa Clara-a-Velha/ Sabóia o comboio volte a parar e apitar três vezes. -----

----- Só um reparo mas cheio de raiva. Porquê o nome de uma Rua a um homem que não sujou as mãos de sangue, mas mandou ou consentiu que matassem. Porquê o nome de um homem que não torturando, autorizou que torturassem. Porquê o nome de um homem que não prendeu, mas tinha conhecimento que prendiam. Refiro-me com repugnância à Rua doutor António Oliveira Salazar. -----

----- De regresso à estrada, “o Expresso das 8,30” vai em direcção a Sabóia.-----

----- Aqui também se ouviram queixumes e pedidos. Sabóia pode e deve ser uma freguesia a não esquecer, devido à estrada nacional que a liga ao Algarve. Aqui em Sabóia, ouviram-se já certos barulhinhos, como se de pedidos fossem para que nos encaminhássem para a mesa, onde seria servido o almoço. Não posso e não devo deixar de agradecer ao Senhor Presidente e aos mestres da cozinha tão saborosa e requintada refeição. Obrigado.-----

----- Refeitos da pausa em volta da mesa e mais aconchegados lá fomos estrada fora a caminho de Pereiras-Gare. Aqui chegados “O Expresso das 8,30” ressentido dos já muito montes e vales percorridos, teve um pequeno desabafo, uma espécie de “já não posso mais” e que de imediato o simpático e educado Senhor Abel condutor do “Expresso das 8,30” solucionou o problema. -----

----- Aqui em Pereiras-Gare também o drama está à vista. -----

----- A estrada que se inicia após a ponte sobre o caminho-de-ferro, que nas condições em que se encontra não leva a lado nenhum. De seguida fomos ver a Igreja por uma rua-caminho

pior do que o pior caminho-rua. -----
----- O adro da Igreja quando vier a chuva será um autêntico lamaçal, a não ser que um
qualquer milagre possa acontecer. -----
----- Foram colocados outros problemas pelo Presidente da Freguesia que espera há muito
sejam solucionados. -----
----- Seguindo a rota estabelecida “O Expresso das 8,30” chega à Freguesia de S. Teotónio.
----- Aqui o nosso guia o Senhor José Júlio dá-nos a conhecer que estamos numa freguesia
com 342 quilómetros quadrados. Aqui apercebi-me que as mordanças tinham caído e que o
medo não fazia parte do Senhor José Júlio. Há vozes com novas energias, uma nova
consciência de que nem tudo está bem e fazia-nos um retrato pormenorizado de que do nosso
lado direito e do nosso lado esquerdo a actividade da maioria da população era a agricultura,
agora serras vazias de nada. As terras de cultura morrem de fome. São terras que há muito
perderam a virgindade, são terras que há muito não fazem amor com os agricultores. -----
----- Do mesmo poema de Eduardo Olimpo ele diz “Há rugas de azinheiras nos seus dedos,
mas não há nossas senhoras sobre a rama”.-----
----- O nosso guia continuava a falar dos muitos problemas desta grande Freguesia, como a
desertificação e fuga em busca de novos sonhos, de uma vida melhor. Se não se importarem
vou tentar dizer cantando um verso de um poema de uma Galega – Rosália de Castro e cantado
pelo Adriano Correia de Oliveira com o título “Cantar de Emigração”. -----
----- *“Este parte, aquele parte e todos, todos se vão.*-----
----- *Galiza ficas sem Homens, que possam cortar teu pão,* -----
----- *Tens em troca órfãos e órfãs, tens campos de solidão,*-----
----- *Tens mães que não têm filhos e filhos que não têm Pais.”*-----
----- O Senhor José Júlio continuava a desfolhar o seu rosário de contas, disfarçando aqui e
ali o peso das suas informações – afirmações. -----

----- Foi-nos dado a observar as novas e bonitas casas, perdão armazéns para aprestos dos Pescadores de Azenha do Mar. Gostei do que vi. Espero é que como infelizmente acontece, daqui a um ou dois anos, aquilo que é bonito não magoe o espaço terra-mar, não seja mais um amontoado de detritos e que o bonito se torne feio. -----

----- Ó Senhor José Júlio, com uma extensão de 342 km² as lagostas não ficarão suadas? ---

----- Retomando o “Expresso das 8,30”, pouco tempo depois a tragédia, o drama, o horror, da tão badalada casa do Cabo Sardão-Cavaleiro. -----

----- Não é o sexo da casa que está em questão, mas sim o “mistério dos dois pisos”, sem casa ou da casa de um só piso. Esperamos o fim deste capítulo no próximo episódio. -----

----- Era já noite quando chegamos à Boavista dos Pinheiros, já com pouca luz, ainda nos foi mostrada a maternidade de plantas e flores. No entanto havia fugas de informação, porque no “Expresso das 8,30” alguém tinha conhecimento de uma suposta sopa de peixe. -----

----- Continuámos a visita até ao Parque das Águas mas escura era já a noite.-----

----- Surpresa das surpresas foi a mesa que nos esperava, como se de uma feira gastronómica se tratasse. -----

----- As postinhas de safio frito, a salada de polvo frito, maravilhosamente gostosa e, por último, a fechar uma sopa de peixe. Esta ementa podia perfeitamente fazer parte de um qualquer livro de culinária. Parabéns à equipa que produziu e confeccionou esta ceia. -----

----- E como todos os “Expressos” têm um fim. Só espero que as esperanças destes homens e mulheres que estão à frente das suas Freguesias, a esperança não fique em lume brando.” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relativamente à última visita dos membros da Assembleia Municipal, agradeceu aos senhores Presidentes das Juntas visitadas pelo acolhimento demonstrado. -----

----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação que disse o seguinte: “Manifestar o meu desapontamento em relação a um assunto que já todos vocês conhecem e é relativamente à

sinalética de Odemira. Se estão recordados, há já cerca de três anos que eu pus a questão, foi prometida a resolução para breve trecho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara inclusivamente prometeu que provisoriamente seriam lá colocados uns sinais. Essa promessa foi uma promessa em vão. -----

----- O senhor Vereador José Alberto, em Abril, também perante todos nós informou que dentro de poucos dias teria início a colocação dos novos sinais em Odemira. -----

----- Já se passaram cinco meses (...), continuamos na mesma. -----

----- Eu não quero ser tão importante que atribuam ao facto de eu morar naquela rua, a Câmara não fazer aquilo (...). -----

----- Não tinha custado nada, com meia dúzia de euros tinham feito três placas, uma a dizer Beja, uma a dizer Lisboa e outra dizer Centro, resolviam o problema, mas entretanto só estamos de promessas. -----

----- Muito obrigado pelo não cumprimento dessas promessas”. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que referiu que não tinha compreendido a lógica da atribuição do nome à Freguesia de Longueira/ Almogrove e porque não Almogrove/ Longueira. -----

----- Considerou também que na Longueira estavam a surgir muitos equipamentos e uma ordem urbanística interessante e equilibrada. -----

----- No entanto, manifestou alguma preocupação em relação ao Almogrove, considerando que não entendia o porquê daquela localidade não possuir um mercado ou um polidesportivo, atendendo à população existente, nomeadamente no verão. -----

----- Referindo-se à questão apresentada pela senhora Maria da Graça Colaço, presente no público, considerou que a criança poderia ser deixada à porta de casa, uma vez que a viatura da Junta de Freguesia, sem criar nenhuma excepção para os demais, ficava estacionada à noite junto ao salão de cabeleireiro da queixosa. -----

----- Considerou ainda que não seria a nova legislação que iria proibir a pavimentação da rua junto à casa da senhora Maria Alão, que já existia há muitos anos, tinha iluminação pública e onde viviam pessoas que pagavam os seus impostos. Relembrou também que aquela rua tinha uma localização central em relação ao centro urbano. -----

----- Considerou ainda que os graves problemas das localidades provinham de questões ligadas ao Plano Director Municipal e respectivos Planos de Urbanização que continham erros graves de planeamento de áreas. Entendia que o aglomerado urbano que estava definido no Perímetro Urbano da Longueira não poderia estar desligado do de Almogrove e assim sucessivamente, ou seja tudo o que fosse rede viária que ligava os aglomerado urbanos tinha de estar incluída na zona urbana e tinha que ter uma largura de protecção urbana. Considerou ainda que não deveriam existir aglomerados urbanos como se fossem ilhas. -----

----- Sugeriu ainda que a Câmara Municipal, sendo proprietária do terreno onde se realizavam as festas no Almogrove durante o verão, fizesse uma cedência com a antiga associação de moradores para construir uma espécie de Centro Sócio-Cultural naquela zona, que pudessem rentabilizar e onde pudessem desenvolver as actividades que não poderiam acontecer em espaço descoberto, pois caso contrário considerava que o Almogrove iria continuar a ser um aglomerado fantasma. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que pediu esclarecimentos acerca da Casa Mortuária de Odemira, pois tinha tido conhecimento que as câmaras frigoríficas não funcionavam e recentemente um corpo teve de pernoitar no Centro de Saúde de Odemira. Considerou ainda que a Casa Mortuária era uma antiga reivindicação, inclusivamente nas campanhas políticas e tratava-se de um equipamento importante. -----

----- Relembrou a importância de construção do muro de suporte no Bairro do Reduto, em Odemira. -----

----- Considerou ainda que a zona dos pombais em Odemira, junto à Unidade de Cuidados Continuados, era uma vergonha, assemelhando-se a “um bairro da lata”, sem condições, originando muitas queixas por parte da população. -----

----- Ainda sobre esse assunto, referiu que compreendia se se tratassem apenas de pombais, porém aquelas construções serviam de arrecadações, bares, habitações e tinham água e luz colocadas pela Câmara Municipal.-----

----- Disse ainda que não tinha nada contra a columbofilia e gostava que tivessem um espaço com condições, limpo e com alguma dignidade.-----

----- Lamentou ainda que o moinho de Odemira, que apesar de se encontrar integrado na Rede Nacional de Moinhos, se encontrasse fechado e, bem assim informou que aos muitos turistas que se dirigiam ao Posto de Turismo em Odemira, não sabiam o que dizer quando era perguntado o que poderiam visitar em Odemira. -----

----- Por último, pediu esclarecimentos acerca das obras do Mercado Municipal de Odemira que já tinham começado há cerca de dois meses, considerando que havia muita desorganização nas mesmas. -----

----- Perguntou ainda se já havia alguma resposta relativamente às preocupações em relação à rotunda das Portas de Transval, trazidas pelos moradores daquela zona, numa sessão da Assembleia Municipal e, bem assim questionou para quando estava prevista a transferência para as Juntas de Freguesia das verbas referentes ao Projecto Agris.-----

----- Perguntou também para quando estava prevista a visita dos membros da Assembleia Municipal à décima sétima freguesia do concelho.-----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que lamentou que apenas através da Assembleia Municipal tivesse tido conhecimento de determinados assuntos e não tivesse podido participar na sua discussão.-----

----- Referiu ainda que a escola do primeiro ciclo de Colos, também tinha sido solicitada pela

Junta de Freguesia de Colos, para a sede da Cruz Vermelha, tendo inclusivamente havido reuniões com os representantes nacionais daquela instituição. Relembrou que o acordado tinha sido a cedência da escola à Junta de Freguesia, com a ressalva de a poder ceder à Cruz Vermelha e não o contrário como estava na deliberação da Câmara Municipal. -----

----- Manifestou também o seu contentamento pelo facto das obras dos esgotos e águas da Ribeira do Seissal, irem iniciar e, pelo contrário, manifestou o seu descontentamento pelo facto da obra dos pluviais da Escola Básica dois, três de Colos não estar a funcionar, por falta de colocação de uma grelha ao longo do portão, causando grande transtorno para professores, funcionário e alunos, quando chovia.-----

----- Solicitou ainda que lhe fosse respondido ao ofício enviado para a Câmara Municipal de Odemira, sobre em que situação se encontravam os esgotos da parte antiga da vila de Colos, que se encontravam “a céu aberto”.-----

----- Por último, informou que a obra referente ao arranjo da rotunda e da zona envolvente do Bairro Municipal estava constantemente parada, pelo que perguntou o que se passava. -----

----- Queixou-se ainda das dificuldades que tinha em conservar o património na sua freguesia por causa dos ninhos das cegonhas e, bem assim relembrou que o muro da rua da farmácia estava em eminência de ruir, pelo que, se não fossem tomadas rapidamente medidas de prevenção, teriam de vedar aquela rua que era a única por onde poderia passar o camião de recolha do lixo daquela zona.-----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que felicitou o senhor José Ribeiro pela sua intervenção. -----

----- Lamentou também a situação em que se encontrava o espelho de água em Santa Clara-a-Velha e relembrou que era da barragem de Santa Clara-a-Velha que provinha a água que era o motor de toda a riqueza, pelo que considerava que deveria ser dada uma maior atenção e compreensão em relação à resolução daquele problema.-----

----- Relembrou ainda os assuntos que iria abordar numa reunião agendada com o senhor Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente a passagem inferior de Luzianes-Gare; polidesportivo de Luzianes-Gare, cujo projecto já estava elaborado; Cruzamento do Telheiro que tinha uma placa a mencionar “Odemira – Estação”, entre outros. -----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que na última sessão da Assembleia Municipal tinha sido questionada a veracidade da intervenção do senhor José Júlio de Oliveira, designado para o substituir naquele dia, relativamente à casa do Chefe do Farol, no Cabo Sardão. -----

----- Disse ainda que na altura, o senhor Raul de Albuquerque Tomás afirmava que se estava a construir um primeiro andar naquela casa e, bem assim perguntava se a obra estava licenciada. -

----- Em face do exposto, entregou uma fotografia da casa em questão, que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão e, bem assim referiu que a Junta de Freguesia apenas tinha picado as paredes e reconstruído, não tendo a referida casa subido um único tijolo.-----

----- Por último, disse que a casa iria ter um pequeno telheiro que tinha sido autorizado pela Câmara Municipal e pela Marinha. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que na passada quarta-feira tinha-se deslocado ao Serviço de Urgência Básica de Odemira e tinha-se deparado com situações de longas horas de espera nas urgências, pelo facto do único médico de serviço ter sido chamado a intervir num doente muito crítico. Disse ainda que a S.U.B. deveria funcionar com dois médicos, mas naquele dia apenas se encontrava um, pelo que considerava que “o calvário da saúde” continuava no concelho de Odemira. -----

----- Referiu ainda que a Comissão Eventual para a Saúde, da Assembleia Municipal, estava parada, pelo que entendia que deveriam continuar a insistir, até porque tinham ficado de agilizar diligências com entidades superiores. -----

----- Perguntou também para quando estava previsto o início das obras das águas e dos esgotos do Vale Bejinha. -----

----- Por último, informou que no caminho vicinal na “caleira”, com origem no lado esquerdo da estrada que ligava São Luís para Vila Nova de Milfontes, tinha sido aberta uma vala com alguma profundidade e sem qualquer resguardo para efeitos de segurança. Revelou ainda que havia meses que aquela situação existia, à espera de acontecer algum acidente, pelo que considerava que quem tinha mandado fazer aquela obra, deveria ser muito irresponsável. -----

----- Questionou também, para quando estava prevista a revisão do Plano Director Municipal de Odemira e, bem assim se era intenção da Câmara Municipal aderir ao protocolo com o Governo, na questão da delegação de competências relativamente às escolas, porque estava profundamente preocupada com o rácio criado para a colocação de auxiliares. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal tinha referido que se encontrava aberto o procedimento de aquisição de sinalética em Odemira, concurso esse que ainda estava a decorrer. Relembrou ainda que entre o momento em que a Câmara Municipal decidia abrir um procedimento e que ele estava finalizado, muitas vezes decorriam cerca de seis meses, se não existissem reclamações. Referiu ainda que a burocracia, na administração pública, era por vezes mais morosa do que propriamente a obra em si. -----

----- Em relação aos aglomerados urbanos em ilhas, disse que o problema daquelas povoações era a sua localização dentro do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Administração Central nos seus planos não cede na questão dos perímetros urbanos delimitados e não admitia a ligação entre eles. -----

----- Relativamente à alteração da legislação de urbanismo, disse que se a Câmara Municipal comesse a antecipar as obras que eram da competência de outros, chegaria ao ponto que aquelas que seriam da sua competência não conseguiria fazê-las. -----

----- Em relação à Casa Mortuária de Odemira, informou que aquele equipamento tinha sido extinto com a criação de uma unidade no Hospital do Litoral Alentejano. Referiu ainda que a Casa Mortuária de Odemira estava a substituir o Centro de Saúde de Odemira que, por falta de espaço, não tinha condições para manter os corpos e tinha solicitado à Câmara Municipal aquele equipamento, sendo a própria autarquia que suportava as respectivas despesas. Revelou ainda que, desde há cerca de dois anos, estavam a tentar passar a gestão daquele equipamento para o Centro de Saúde ou para o Ministério da Justiça, porque estavam saturados de ter aborrecimentos, por uma coisa que oficialmente não existia.-----

----- Quanto aos pombais em Odemira, disse que inicialmente a Câmara Municipal quis acabar com eles naquele local e, bem assim considerou que retirá-los actualmente seria muito mais complicado, até porque teriam de arranjar outra localização para os colocar.-----

----- Em relação ao moinho em Odemira, informou que o projecto de redefinição do moinho mais antigo, para um centro de interpretação, estaria concluído nas próximas duas semanas.-----

----- Quanto à rotunda das Portas de Transval, disse que as propostas tinham sido encaminhadas para a empresa Estradas de Portugal e, bem assim informou que a Câmara Municipal tinha-se disponibilizado para ajudar a participar financeiramente a questão da construção de um muro de suporte para o passeio exterior. Referiu ainda que continuavam a aguardar a respectiva resposta. -----

----- Disse também que a deliberação referente à cedência da escola primária de Colos, era no sentido daquele equipamento ser entregue à respectiva Junta de Freguesia que posteriormente cedia à Cruz Vermelha. -----

----- Em relação à saúde, disse que uma das soluções para colmatar a falta de médicos em Odemira passaria por uma parceria para colocação no concelho de uma viatura para consultas à periferia. Revelou ainda que, se tudo corresse bem, no início do próximo mês o concelho de Odemira receberia a primeira dessas carrinhas. -----

----- Por último, disse que no final do primeiro trimestre do próximo ano, estariam em condições para avançar com a revisão ao Plano Director Municipal de Odemira.-----

----- Quanto à delegação de competências na área da Educação, informou que, no Alentejo, as Câmaras Municipais de Odemira, Alcácer do Sal e Mértola não tinham assinado o protocolo, porque não tinham concordado com alguns aspectos que tinham ficado por esclarecer. Relativamente à colocação de auxiliares de educação, referiu que iriam redistribuir as pessoas e ver o que poderia fazer para colmatar algumas faltas. -----

----- Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que referiu que não tinha sido esclarecido acerca do uso que iria ser dado ao edifício que estavam a remodelar junto ao farol do Cabo Sardão, bem como se tinha licenciamento da Câmara Municipal. -----

----- Referiu que não entendia como tinha sido possível licenciar uma obra que estava sedeada em terreno do Estado. -----

----- Por último, disse: “Não estou a pôr em causa o objectivo, o uso, se esse edifício faz falta, eu sou solidário com esta iniciativa, não sou é solidário com obras clandestinas, porque para serem obras clandestinas, então digam-me se existe algum técnico que seja responsável por isto. Este assunto para mim não se resolve com uma mera fotografia destas. Tem que se comparar o que está construído hoje, com o que aqui estava e que pretende fingir que era o que estava antes (...) que se percebesse o que é que a Junta de Freguesia de São Teotónio andou a fazer (...).-----

----- Pedia ao senhor Presidente da Assembleia, como órgão e pessoas que nos representa a todos, que exija o resto do processo para vermos”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que nos termos da lei que regia a Assembleia Municipal, o senhor Raul de Albuquerque Tomás, poderia endereçar, à semelhança do que tinha feito outras vezes, um pedido por escrito a solicitar o que entendesse, que ele encaminharia para o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Interveio o senhor Dinis Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almogrove, que informou que não era verdade que as crianças ficavam sozinhas na escola quando regressavam da escola da Longueira. Referiu ainda que as crianças eram acompanhadas pela auxiliar e pelo motorista que nunca as deixaria sozinhas. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: -----

----- Não se registou qualquer intervenção neste ponto da Ordem do Dia. -----

----- **Ponto dois:** DÉCIMA PRIMEIRA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: QUARTA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; SEXTA ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E QUARTA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PARA O ANO DE DOIS MIL E OITO: Ao dar-se início ao tratamento

deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- **“ASSUNTO N.º 0802-2008 -11ª. MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL** -----

----- Foi presente a 11ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2008, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 4ª. Revisão ao Orçamento da Despesa, na 6ª. Alteração ao Plano de Actividades Municipais e na 4ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresentava os seguintes valores: -----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

----- Inscrições/reforços: € 354.150,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta euros);-----

----- Diminuições/Anulações: € 354.150,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta euros);-----

----- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS: -----

----- Diminuições/anulações: € 103.950,00 (Certo e três mil novecentos e cinquenta euros)-

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTIS: -----

----- Inscrições/reforços: € 87.000,00 (oitenta e sete mil euros)-----

----- Diminuições/Anulações: € 98.000,00 (noventa e oito mil euros)-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Deliberação: Aprovado por maioria, com o voto de qualidade do Presidente em exercício; votos a favor dos eleitos do PS e votos contra dos eleitos da CDU”. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto três:** REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À COMUNIDADE EDUCATIVA: A pedido do senhor Vereador Hélder Guerreiro, na presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, foi solicitado que fosse retirado este assunto da Ordem do Dia, uma vez que a publicação do regulamento em causa no Diário da República continha algumas deficiências. -----

----- **Ponto quatro:** FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA ÀS

CONTAS DO MUNICÍPIO: NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO

MUNICÍPIO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “ASSUNTO N.º 0617-2008 – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO-----

----- Foi presente o relatório final respeitante ao fornecimento de serviço de auditoria externa às contas do Município, elaborado pela Comissão, do qual consta a proposta de adjudicação, após a audiência prévia dos concorrentes. Nos termos do artº 48º da Lei das Finanças Locais, o Revisor Oficial de Contas deverá ser nomeado pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. Conforme previsto no artº 10º do convite enviado aos concorrentes (ofício nº 9677 datado de 2008/04/07) a escolha do adjudicatário por parte da entidade competente para autorizar a despesa (Sr. Presidente da Câmara Municipal) fica dependente da nomeação por parte da Assembleia Municipal. Deste modo a Comissão propõe a adjudicação do fornecimento de serviço de auditoria externa às contas do Município de Odemira à empresa BDO bdc & Associados com sede na Avenida 5 de Outubro, 14, 2º em Faro, pela importância de 34.650,00 € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

----- Propõe-se a aprovação da proposta, e que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para efeitos de nomeação da empresa BDO bdc & Associados.-----

----- Deliberação: Aprovado por unanimidade nos termos propostos.”-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que recordou que, no dia três de Julho do corrente, tinha dado entrada na Assembleia Municipal uma carta enviada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, “Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, Ldª” onde manifestava a discordância relativamente a alguns critérios de selecção, nomeadamente no que se referia à habilitação profissional. Referiu ainda que nessa conformidade, tinha

solicitado ao senhor Presidente da Câmara Municipal informações sobre o concurso em causa, as quais foram prestadas através do ofício com a entrada número duzentos e dezassete, datado de vinte e cinco de Julho do corrente ano e onde se poderia ler que: "...o concorrente ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda teve 3 dias para se pronunciar nos termos do nº 2, artº 159º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, isto é, tendo recebido o ofício no dia 2008/06/17, teria até ao final do dia 2008/06/20 para apresentar as suas observações e reclamações à comissão, o que não fez." -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que perguntou se, quando faziam um concurso por convite, não tinham logo conhecimento do curriculum dos concorrentes. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, cinco votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quatro abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. --

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada

a sessão pelas vinte e duas horas e quinze minutos. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----